



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201982001527	Distribuição: 19/11/2019
Número Único: 0001533-50.2019.8.25.0068	Competência: Ribeirópolis
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro

Dados das Partes

Requerente: ADENISON OLIVEIRA SILVA
Endereço: RUA PROG 02 M I DO NASCIMENTO
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: RIBEIROPOLIS - Estado: SE - CEP: 49530000
Requerente: Advogado(a): PAULO SÉRGIO SANTOS ALMEIDA 7333/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: (5º Andar)
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982001527

DATA:

19/11/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201982001527, referente ao protocolo nº 20191119214406670, do dia 19/11/2019, às 21h44min, denominado Procedimento Comum, de Seguro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da Comarca de
Ribeirópolis – Estado de Sergipe.**

ADENISON OLIVEIRA SILVA, brasileiro, solteiro, vigilante, portador do RG 11.022.125 2ª via SSP/SE e CPF 652.791.745-72, residente e domiciliado na Rua Prog., 02, Conjunto M I do Nascimento, 145, Ribeirópolis/SE, CEP 49530-000, por intermédio de seu procurador e advogado que esta subscreve com forme instrumento procuratório em anexo, com incomensurável respeito e acatamento à honrosa e digna presença de Vossa Excelência vem requerer:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face da **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74 12º andar, centro Rio de Janeiro/RG, CEP 20031-205, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria pelas razões adiante expostas:



**PRELIMINARMENTE
DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O autor não tem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, razão pela qual pleiteia o benefício da justiça gratuita com fundamento no artigo 98 do Código de Processo .

Ressalta-se que o NCPC traz no seu artigo 99, § 2º, que o juiz somente indeferirá o pedido de gratuidade de justiça se verificar nos autos indícios que afastem essa possibilidade. Ademais, no § 3º do mesmo artigo, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. **Portanto, há uma presunção *juris tantum* de veracidade da alegação de hipossuficiência, competindo à parte adversa, nos termos do art. 100 do CPC a produção de provas capazes de afastar a presunção relativa. Ademais, ainda nesse sentido, vale destacar o art. 374, IV do novel Código de Processo Civil, o qual preceitua que não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade, como é o caso do pedido de gratuidade da justiça feito por pessoa natural.**

DOS FATOS E DO DIREITO

Na data de 19 de outubro de 2018, por volta das 11h50min, o autor sofreu um grave acidente de trânsito que lhe causou fratura do rádio distal esquerdo (punho esquerdo).

Resultando assim invalidez que lhe acometeu lesão de funcionalidade do punho esquerdo, implicando dificuldade de mobilidade no local. Tudo em conformidade com a documentação ora acostada.

Submetido a tratamento conservador, segundo relatório médico ora acostado, o autor requereu junto à empresa requerida o pagamento do seguro DPVAT, visto que sua condição enquadra-se nas situações previstas nas hipóteses de concessão do pagamento deste seguro, conforme Lei 6.194/74, com alteração da Lei 11.945/09.



Após o envio de toda a documentação necessária, foi instaurado o processo administrativo, conforme documento anexo, porém não resultou em pagamento indenizatório sob alegação que não há qualquer sequela decorrente do acidente sofrido.

Destarte, ante o não pagamento ao autor do valor correspondente à lesão de punho, quando seja, 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total de R\$ 13.500,00 (trez mil e quinhentos reais), correspondendo ao valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Por não haver o reconhecimento de qualquer sequela que resulta em invalidez parcial completa, mesmo com a documentação enviada e aqui apresenta neste D. Juízo, a requerida não realizou o pagamento administrativamente, cabendo nesse momento ser discutida, então, a sequela do autor e o grau da sua invalidez decorrente do acidente automobilístico.

A Lei 6.194/74, com alteração da Lei 11.945/09 regulou a graduação de invalidez da vítima de acidente de trânsito

Ademais, é preciso destacar que a medida provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei 11.945/2009, regulou a graduação de invalidez da vítima de acidente de trânsito passando o artigo 3º, parágrafo primeiro, incisos I e II dizer:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e



III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). **(grifo nosso)**.

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). **(grifo nosso)**.

Pela narrativa fática, o autor sofreu uma fratura do punho esquerdo, adquirindo uma sequela, enquadrando-se na tabela com o grau de invalidez em 25% (vinte e cinco por cento).

Com o grau da sequela apresentado, resta analisar o valor realmente devido ao autor.



ALMEIDA & RABELO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

No processo administrativo, como não foi feito o pagamento administrativo, o valor a ser recebido é R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), pela seguinte razão de cálculo:

$$\text{R\$ 13.500,00} \times 25\% = \text{R\$ 3.375,00,}$$

(aplicação art. 3º, § 1º, **inciso I**, Lei 11.945/09).

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL.PAGAMENTO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SENEJA PROVIMENTO. 1. Em situações de invalidez parcial, é correta a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT. Precedente. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.(STJ - AgRg no Ag: 1368795 MT 2010/0203961-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 12/04/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/04/2011).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA. A atual interpretação da Lei n. 6.194/74 é feita através da redação da Lei n. 11.482/07, que, em seu art. 3º, inc. II, alterou a legislação anterior ao fixar, para o caso de invalidez permanente, a indenização em R\$ 13.500,00, possibilitando o pagamento proporcional ao grau de invalidez. No caso, o médico perito que firma o Auto de Exame de Corpo de Delito (fl. 17) atesta invalidez permanente parcial completa, com perda funcional completa de um dos membros superiores, o que autoriza o pagamento do percentual de 70% a título de indenização. Situação em que a ré não comprovou, efetivamente, que as lesões demandavam percentual menor de indenização.



RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004450219, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Julgado em 24/07/2013)(TJ-RS - Recurso Cível: 71004450219 RS, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Data de Julgamento: 24/07/2013, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/07/2013).

JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS. SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO INFERIOR. GRAU AVANÇADO. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À LESÃO SOFRIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EVENTO DANOSO. 1. O recebimento parcial da indenização não importa em renúncia se esta não for expressa e não revelar circunstâncias que demonstrem consciência e liberdade. 2. Aplica-se o percentual de 70% do valor máximo da cobertura securitária - previsto no art. 3º da Lei 6.194/74 - para o caso de perda anatômica e/ou funcional permanente de um dos membros inferiores em grau avançado. 3. "Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso" (AgRg no AREsp 46024/PR). 4. Recurso conhecido e não provido. 5. Condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação. 6. Acórdão lavrado nos termos nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. (TJ-DF - ACJ: 20140910023213 DF 0002321-24.2014.8.07.0009, Relator: EDI MARIA COUTINHO BIZZI, Data de Julgamento: 29/07/2014, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 01/08/2014 . Pág.: 368).



Acidentária – Servente de limpeza – Coluna lombar – Membros superiores (ombros, cotovelos punhos e dedos) - membros inferiores (joelho direito, tornozelos e pés) - Laudo pericial conclusivo no sentido da ausência de incapacidade laboral - Renovação da prova pericial – Realização de exames complementares - Conversão do julgamento em diligência desnecessário - Improcedência do pedido – Sentença mantida. (TJ-SP - APL: 10189543020148260053 SP 1018954-30.2014.8.26.0053, Relator: João Antunes dos Santos Neto, Data de Julgamento: 15/09/2015, 16ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 18/09/2015).

Portanto, **resta pagar ao autor o valor complementar do seguro obrigatório que corresponde a R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) a título de seguro obrigatório – DPVAT.**

No tocante aos juros de mora, estes são devidos a contar da citação e fluirão à taxa de 1% ao mês, conforme artigos 405 e 406 do Código Civil e Súmula nº 426 do STJ: “*Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação*”.

Quanto à correção monetária, segundo a súmula 580 do STJ “a correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso”.

DO PEDIDO

Assim ante o exposto requer a Vossa Excelência:

A citação da empresa requerida no endereço declinado no preâmbulo desta para querendo contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão;



ALMEIDA & RABELO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

A procedência total da presente ação, condenando a requerida a pagar ao autor a importância de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) a título de seguro obrigatório – DPVAT, a ser corrigido monetariamente a partir do evento danoso, conforme súmula 580 do STJ, com base no INPC, e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir da data de citação, nos termos da Súmula nº. 426 do STJ;

O benefício da justiça gratuita nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, por ser o requerente pobre e não poder arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem o comprometimento do sustento próprio e de sua família;

O autor não tem interesse na realização da audiência de conciliação.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas permitidos em Direito, em especial prova documental, testemunhal e depoimento pessoal do Autor.

Dá-se à causa o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Nestes Termos

Pede Deferimento.


Paulo Sérgio Santos Almeida

OAB/SE 7333



ALMEIDA & RABELO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Adenilson Oliveira Silva, brasileiro, solteiro, portador do CPF 652.791.745-12, residente e domiciliado na Rua Prog., 02, Conj. M. J do Nascimento, 145, Ribeirópolis/SE, CEP 49530-000.

OUTORGADO: PAULO SÉRGIO SANTOS ALMEIDA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-SE 7333, portador do CPF 030.763.365-92, com endereço profissional à Avenida Leandro Maciel, 859, Ribeirópolis/SE.

PODERES: Pelo presente instrumento de procuração, o(a) outorgante sub firmado, constitui seus procuradores conferindo-lhes todos os poderes em direito permitidos, inclusive os contidos na cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", bem como os enumerados na parte final do artigo 105 do Código de Processo Civil para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, ou fora destes, na assinatura de contratos e/ou distrato, podendo propor contra quem de direito as ações competentes, defende-los (nas) contrárias, seguindo umas as outras até a final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, praticando todos os demais atos judiciais que se fizerem necessários, tais como transigir, desistir, variar de ações, alegar, recorrer de despachos, sentenças e acórdãos, inclusive, receber qualquer quantia em dinheiro ou cheque, assinar recibos, dar quitação geral e irreversível, requerer alvará substabelecer, com ou sem reserva de poderes, praticando, enfim, todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, especialmente para requerer

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTeira DE IDENTIDADE

Adenilson Oliveira S. No

ALDENISON OLIVEIRA SILVA

1.022.125 2.VIA

12/12/2018

DATA DE NASCIMENTO

07/06/1972

DATA DE EXPIRAÇÃO

1105200155197210003515000307800

CPF

652.791.745-72

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTeira DE IDENTIDADE

Adenilson Oliveira S. No

ALDENISON OLIVEIRA SILVA

1.022.125 2.VIA

12/12/2018

DATA DE NASCIMENTO

07/06/1972

DATA DE EXPIRAÇÃO

1105200155197210003515000307800

CPF

652.791.745-72

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83



DESO: Rua Campo de Brito, 331, 13 de Junho, Aracaju-SE, 49020-500
CNPJ: 13.018.771/0001-00 e INSC. EST. 07.081.090/2

CUTUBRO ROSA - Todos os dias entre o começo do mês

FATURA MENSAL #

652543.7

Nome do Cliente		CPF	
ADENISON OLIVEIRA SILVA		***.***.***-**	
Endereço			
RUA PROG. 02 CJ M I DO NASCIMENTO, 145. RIBEIROPOLIS, 49530-000			
Grupo/Usuário/Modo de Abastecimento	Data de Leitura	Medição	Classificação / Estorno
116009/00136	17/10/2019	A14A010192	RES: 1
HISTÓRICO DE CONSUMO			
LEIT. ANTERIOR	235	RLY	(m3)
LEIT. ATUAL	236	09/19	00010
Consumo Faturado (m3)	10	06/19	00001
Média de Consumo (m3)	5	07/19	00002
Diferença da Leitura		08/19	00006
Data da Leit. Anterior	18/09/19	05/19	00001
Dias de Consumo	29	04/19	00010
Média diária (m3)	0,17		
Previsão para Prox. Leit.	18/11/19		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		PREVISÃO DE TRIBUTOS (R\$)	
		COFINS: 2,93 PASEP: 0,64	

Serviços		Valor				
AGUA		37,74				
ESGOTO		0,00				
080 MULTA P/IMPUNTUALIDADE	0101 09/2019	0,76				
Mês Referência		TOTAL A PAGAR R\$				
10/2019	VENCIMENTO: 24/10/2019	38,50				
OUTUBRO ROSA: DECLARE SEU AMOR A VOCE MESMA. PREVINA-SE DO CANCER DE MAMA!						
A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art. 61, Decreto Lei nº 27.565/2010.						
CANAL DE ATENDIMENTO: 0800 079 0195 - SAC: 4020-0195						
AGÊNCIA VIRTUAL: www.deso-sq.com.br/agenciavirtual						
Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art. 5º inciso I)						
Parâmetro	Turbidez	Cor	Cloro	Fóforo	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	36	10	36		36	
Nº de Amostras Analisadas	36	10	36		36	36
Nº Mínimo de Amostras em Conformidade com Portaria 2.914/2011	30	10	36		37	36



DESO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

COMPROVANTE DA DESO

Medição	Vencimento
652543.7	24/10/2019
Medição	TOTAL A PAGAR R\$
10/2019 3	38,50

826000000008 385000418207 652543710204 191652543718





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE RIBEIRÓPOLIS - RIBEIRÓPOLIS - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 014795/2019-A01

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 15/03/2019 11:16 Data/Hora Fim: 15/03/2019 11:20
Delegado de Polícia: Eurico César Souza Nascimento

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Municipal de Ribeirópolis
Data/Hora do Fato: 19/10/2018 11:50

Local do Fato

Município: Ribeirópolis (SE)
Logradouro: Avenida Silveira Dantas
Complemento: próximo a casa de Paulo da Granja

Bairro: Centro

CEP: 49.530-000

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: ADENISON OLIVEIRA SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: SE - Itabaiana

Sexo: Masculino

Nasc: 07/06/1972

Profissão: Vigilante

Estado Civil: Solteiro(a)

Nome da Mãe: Maria José de Oliveira Silva

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 1022125

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 652.791.745-72

Endereço

Município: Ribeirópolis - SE

Logradouro: Rua Alexandre Meneses

Bairro: Centro

Telefone: (79) 99989-0488 (Celular)

Nº: 245

CEP: 49.530-000

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

CPF/CNPJ do Proprietário 943.292.305-34

Renavam 01167123759

Ano/Modelo Fabricação 2018/2018

UF Veículo Sergipe

Quantidade 1 Unidade

Subgrupo Motocicleta/Motoneta

Placa QME 0334

Número do Chassi 9C2KC2210JR060973

Cor aZUL

Veículo Adulterado? Não

Situação Envolvido

Nome Envolvido	Envolvimentos
Adenison Oliveira Silva	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Relata que vinha transitando pela via pública quando um automóvel não identificado atravessou a Avenida, fazendo com que



Delegado de Polícia Civil: Eurico César Souza Nascimento
Impresso por: Matheus Fraga Correa
Data de Impressão: 15/03/2019 11:20
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Lucas Andrade Souza
Agente de Polícia
Mat. 2511

MS/DATASUS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

No. DO BE: 585554
CNS:DATA: 19/10/2018
SETOR: 05-SUTURA

HORA: 12:33 USUARIO: JFSANTOS

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ADENISON OLIVEIRA SILVA DOC...: 1022125
IDADE.....: 46 ANOS NASC: 07/06/1972 SEXO...: MASCULINO
ENDereco.....: RUA ALEXANDRE MENESES NUMERO: 245
COMPLEMENTO...: CASA BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO.....: RIBEIROPOLIS UF: SE CEP...: 49530-000
NOME PAI/MAE...: AUGUSTO SILVA /MARIA JOSE DE OLIVEIRA
RESPONSAVEL...: O PROPRIO TEL...: 000
PROCEDENCIA...: RIBEIROPOLIS - SE
ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: ☒ RAIO X ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ TC
☐ LIQUOR ☐ ECG ☐ ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Queda de motocicleta no fuso, sem usar no momento e ferimentos no pé. Deger incooper, vômitos, e febre.
A-B-C-D - sem alterações.

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

MHT: escoriações

DIAGNOSTICO: Pobitrac na

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

① Avaliação da CDMF

② Paciente se recupera e deixa a sutura Adenison O. Silva

③ Alta do DUCO

④ Alta a c.c. - Atensão (04 de)

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E

368 617
561 573
Yara Martins de Santana
Técnica Radiologia
CRTR nº 00693

- DU. ortopedico

Alexandre Dantas Pereira
Cirurgião Geral RQE nº 1965
Cirurgião Vascular RQE nº 2144
CRM nº 2475



HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Receituário

Adenison Oliveira Silva

Pct. útero de

Colar mo e um

no de 19/10/18

Soplen e Fratura

Radio Distal @

Ass: Consenso

21/01/19

21/01/19

Félix Antonio López Freitas
Ortopedia - Traumatologia
CRM-SE 8839
CREMERJ 5282857-2

Avenida 13 de junho, nº 776 - Centro - Itabaiana-SE - Fone: (79) 3432-9200

Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190442216

Vítima: ADENISON OLIVEIRA SILVA

Data do Acidente: 19/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ADENISON OLIVEIRA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Realizado tratamento conservador, conforme documento médico, datado de 09/06/2019, emitido pelo Dr. DR RONMEL LISBOA DOS SANTOS CRM nº 3173 - SE, da Instituição IML 5719/2019, que informa evolução sem sequela permanente e não sendo comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982001527

DATA:

20/11/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Diante da distribuição
{Via Movimentação em Lote nº 201900298}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982001527

DATA:

23/11/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Cite-se a requerida para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Ribeirópolis**

Nº Processo 201982001527 - Número Único: 0001533-50.2019.8.25.0068

Autor: ADENISON OLIVEIRA SILVA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 82 e 98 e ss. do NCPC.

Tendo em vista o desinteresse da parte autora na designação de audiência de conciliação, e ainda considerando que a experiência tem demonstrado a inutilidade de tal audiência em ações deste jaez, deixo de designar a assentada.

Sendo assim, cite-se a requerida para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia.

Apresentada a contestação, caso sejam arguidas preliminares (art. 337 do novo Código de Processo Civil), intime-se a parte requerente, via ato ordinatório, pela imprensa, para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos eventualmente apresentados (art. 437 do novo Código de Processo Civil).

Se houver juntada de novos documentos com eventual réplica, abra-se vista à parte requerida, através de ato ordinatório, via Diário de Justiça, por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, do novo Código de Processo Civil).

Intimem-se. Cite-se.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE VAZ FIDALGO**, Juiz(a) de Ribeirópolis, em 23/11/2019, às 14:48:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019003009938-96**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982001527

DATA:

18/03/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202082001070 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Ribeirópolis
Praça Manoel do Carmo de Jesus, s/n
Bairro - Centro Cidade - Ribeirópolis
Cep - 49530000 Telefone - (79)3449-1310

Normal(Justiça Gratuita)



202082001070

PROCESSO: 201982001527 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0001533-50.2019.8.25.0068
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ADENISON OLIVEIRA SILVA
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Sendo assim, cite-se a requerida para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Apresentada a contestação, caso sejam arguidas preliminares (art. 337 do novo Código de Processo Civil), intime-se a parterequerente, via ato ordinatório, pela imprensa, para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos eventualmente apresentados (art. 437 do novo Código de Processo Civil). Se houver juntada de novos documentos com eventual réplica, abra-se vista à parte requerida, através de ato ordinatório, via Diário de Justiça, por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, do novo Código de Processo Civil).

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74
Bairro : Centro
Cep : 20031205
Cidade : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MARIA DANTAS FONTES VIANNA**, **Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Ribeirópolis**, em 18/03/2020, às 11:29:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000612705-40**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982001527

DATA:

18/03/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi a cartan. 202082001070

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não